

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

entre meados das décadas de 1990 e 2000

EDUARDO MIGUEL SCHNEIDER
MARIO MARCOS SAMPAIO RODARTE

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar o mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos últimos dez anos. Além dos indicadores do desemprego, são investigadas as evoluções do nível ocupacional e da renda do trabalho. Constatou-se a heterogeneidade do período, que encerra uma fase de crise, seguida de outra de recuperação – ainda que incipiente.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Desemprego. Região metropolitana.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the evolution of the Brazilian metropolitan labour market in the last ten years. Besides the indicators of the unemployment, the evolutions of the occupational level and wage are investigated. The heterogeneity of the period was verified, that contains a crisis phase, followed by another of recovery, although incipient.

Key words: Labour market. Unemployment. Metropolitan area.

O presente artigo analisa a evolução do mercado de trabalho metropolitano brasileiro entre meados das décadas de 1990 e 2000. O cumprimento de semelhante objetivo encontra desafios devido à grande heterogeneidade desse período relativamente curto de tempo. Tomando a taxa de desemprego, principal índice que mensura o comportamento conjuntural do mercado de trabalho, observam-se diferentes tendências ao longo deste período. Após rápida elevação, entre meados da década de 1990 até 1999, o desemprego estabilizou-se, flutuando em torno de um patamar elevado, e, em seguida, ensaiando uma tendência de recuo, ao final do período.

O que se pretende fazer é periodizar o passado recente, tomando os anos de 1996, 1999, 2002 e 2005 como anos chaves, e, então, decompor os fatores que resultam na taxa de desemprego, tendo de um lado, o exame da dinâmica do crescimento da população economicamente ativa – PEA, e de outro lado, a evolução do crescimento dos postos de trabalho. Além de apontar períodos distintos do mercado de trabalho, esse estudo objetiva destacar os principais causadores dos movimentos que caracterizam cada um dos períodos, tanto pela evolução do nível ocupacional, quanto pelo comportamento da PEA.

A fonte privilegiada para a análise desse período foi a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, de metodologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese e da Fundação

Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, que é desenvolvida atualmente em seis importantes áreas metropolitanas do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Distrito Federal, Belo Horizonte, Salvador e Recife. A escolha dessa fonte justifica-se por duas razões: constitui a base de dados sobre mercado de trabalho metropolitano mais longa e possui a metodologia mais afeita a captar, de forma acurada, a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro.

Deve-se ter em conta que a taxa de desemprego, apesar de ser calculada por uma fórmula simples de duas variáveis, que é a razão entre desempregados e a PEA, constitui uma resultante de outros dois fenômenos que reagem de formas diferentes às flutuações da atividade econômica: a expansão da ocupação (que, em geral, cresce com o produto interno bruto – PIB, dado o padrão tecnológico) e o crescimento da PEA, representando a entrada de pessoas no mercado de trabalho (que não obedece linearmente à lógica econômica e é mais determinada por fatores demográficos, sendo o crescimento da população em idade ativa – PIA o mais imperativo, além do crescimento vegetativo da população e a imigração). Se diferentes metodologias possuem conceitos diferentes de ocupação e da PEA, então, por extensão, poderão ter taxas de desemprego distintas, com níveis diferentes, mas também com comportamentos distintos ao longo do tempo.

O item seguinte apresenta uma breve descrição do comportamento do mercado de trabalho na década que antecedeu o período de análise desse texto. Os dados da PED da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, únicos desse período, foram cruciais para desenhar o panorama do mercado de trabalho, entre meados das décadas de 1980 e 1990. O segundo item analisa o comportamento da PIA e da PEA, e o terceiro explicita a dinâmica de crescimento ocupacional e o comportamento dos vários setores econômicos. A quarta parte investiga, tanto qualitativa como quantitativamente, o segmento desempregado da PEA, utilizando a mesma periodização aplicada nas seções anteriores. Por fim, à guisa de conclusão, são feitas algumas reflexões sobre os resultados alcançados.

ANTECEDENTES: O MERCADO DE TRABALHO ENTRE MEADOS DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

O surgimento da metodologia da PED está vinculado ao momento de crise econômica no início da década de 1980. Até então, sobretudo nas décadas anteriores de 1960 e 1970, os pólos industriais, principalmente o da RMSP, vinham estruturando seu mercado de trabalho e absorvendo mais e mais migrantes de outras regiões do Brasil. A interrupção da dinâmica de crescimento vultuoso de postos de trabalho pela crise econômica agravou um problema que era visto como marginal: o crescimento do número de pessoas desempregadas, bem como o aumento da demora para obter uma colocação.¹

Em decorrência disso, é nessa época que se observa no Brasil o surgimento de mais indicadores sobre o mercado de trabalho. Mas havia clara insatisfação da sociedade pelos dados oficiais, que, ao adotarem uma metodologia mais afeita a captar o fenômeno do desemprego nos países industrializados, de mercados de trabalho estruturados, acabava por indicar um desemprego baixo, flagrantemente contraditório com o que se intuía do estado de convulsão social decorrente do colapso econômico.

Da experiência pioneira da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego – PPVE,² foi desenvolvida a metodologia da PED que, além de captar o desemprego aberto comparável a outros países centrais, procurava investigar formas “camufladas” de desemprego ao utilizar um conceito mais amplo de desocupação, que inclui o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento (Quadro 1). O êxito de sua aplicação na RMSP, desde 1985, fez com que a metodologia da PED fosse reproduzida em outras áreas metropolitanas do país, principalmente a partir de meados da década de 1990, como é o caso da Grande Belo Horizonte, mas com experiências anteriores, como o Distrito Federal e a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPOA.

Passado o momento de ajustes econômicos mais dramáticos, entre 1981 e 1983, a economia brasileira esboçou reação nos anos seguintes, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho.³ De fato, na segunda metade da década de 1980, a taxa de desem-

Quadro 1

Principais Conceitos da PED

PIA – População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

OCUPADOS são os indivíduos que:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS são os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

a) *desemprego aberto*: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores à entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

b) *desemprego oculto pelo trabalho precário*: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás;

c) *desemprego oculto pelo desalento*: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT e instituições regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

prego total na RMSP experimentou intensa redução, passando dos 12,2% da força de trabalho em 1985, para os 8,7% identificados em 1989, pela Tabela 1. Essa recuperação, expressa na menor média anual alcançada na série histórica da PED/RMSP, decorreu do notável crescimento da ocupação que, elevando-se à ordem de 3,5% ao ano, superava o intenso ritmo de crescimento não apenas da PIA (2,2% ao ano), como também da PEA (2,5% ao ano).

Ao final da década de 1980, o problema do desemprego parecia estar equacionado, embora o mercado

de trabalho talvez demandasse pequenos ajustes para corrigir o aumento da informalidade ou mesmo a diminuição da renda dos trabalhadores.⁴ Os eventos da década seguinte trataram de desmentir esse cenário promissor, uma vez que a taxa de desemprego da metrópole paulistana assumiu uma trajetória quase linear de crescimento, que resultou em patamares que avizinhavam aos 20% da PEA em 1999.

A razão para esse comportamento, que corroborou a idéia de que a década de 1990 foi um período de crise do mercado de trabalho, está relacionada a dois

Tabela 1

Estimativas Médias da PIA, PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2005

Indicadores	Estimativas Médias (em 1.000 pessoas)						Variação Anual Média (%)			
	1985 (1)	1989 (1)	1996	1999	2002	2005	1989/1985	1996/1989	1999/1996	2005/1999
PIA	10.787	11.747	13.563	14.445	15.148	15.808	2,2	2,1	2,1	1,5
PEA	6.505	7.177	8.382	8.985	9.619	10.038	2,5	2,2	2,3	1,9
Ocupados	5.711	6.553	7.116	7.251	7.791	8.342	3,5	1,2	0,6	2,4
Desempregados	794	624	1.266	1.734	1.828	1.696	-5,8	10,6	11,1	-0,4
Inativos	4.282	4.570	5.181	5.460	5.529	5.770	1,6	1,8	1,8	0,9

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. IBGE. *Censos Demográficos de 1980 e 1991*. (1) Estimativas feitas por interpolação intercensitária.

fatores. De um lado, verificou-se baixa capacidade de geração de postos de trabalho (com crescimento de apenas 1,2% ao ano entre 1990 e 1996 e de meros 0,6% ao ano até 1999), provavelmente como reflexo do baixo crescimento econômico⁵ e de outro, o fato do crescimento da PEA ter se mantido elevado (de 2,2% ao ano, entre 1990 e 1996, e de 2,3% ao ano, entre 1996 e 1999) agravou os efeitos da desaceleração do ritmo de geração de postos de trabalho sobre o desemprego.⁶

O texto a seguir discute a evolução do mercado de trabalho entre meados da década de 1990 e 2000, ou seja, o período que compreende os anos finais de

crise do mercado de trabalho e os primeiros anos de retomada, ainda que moderada, do ritmo de geração de postos de trabalho (Tabelas 1 e 2). A partir desse momento, entretanto, a análise se faz com base mais ampla, ao se investigar o comportamento das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Nesses últimos dez anos, sobressai a sincronia com que evoluem as taxas de desemprego nas áreas metropolitanas analisadas (Gráfico 1). Tal fato sugere um padrão de comportamento e que os mercados de trabalho locais se mantinham muito mais influenciados pela dinâmica das políticas econômicas nacionais que por determinantes regionais.

Tabela 2

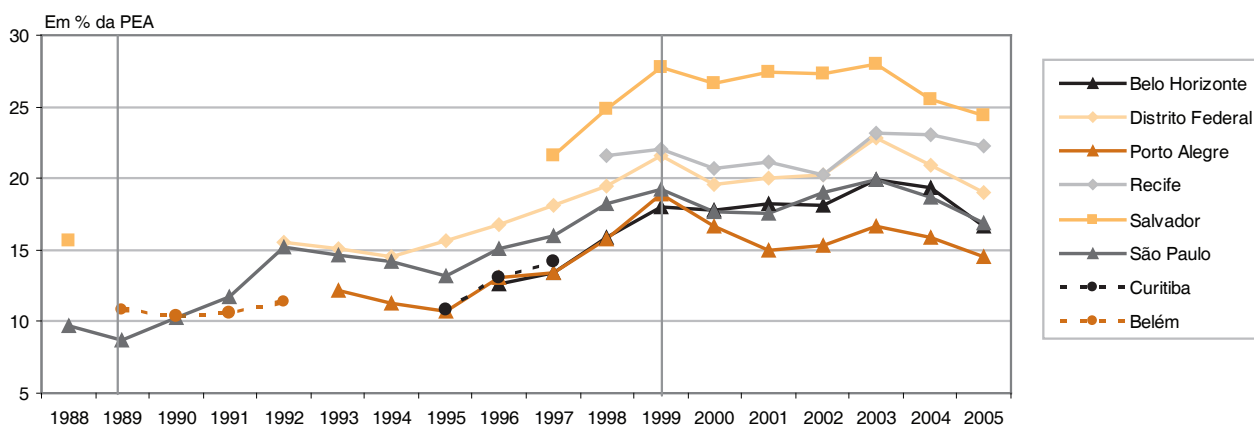
Taxas de Participação e de Desemprego
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2005

Taxas	1985	1989	1996	1999	2002	2005	Variação Anual Média			
							1989/1985	1996/1989	1999/1996	2005/1999
Taxa de Participação	60,3	61,1	61,8	62,2	63,5	63,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Taxa de Desemprego Total	12,2	8,7	15,1	19,3	19,0	16,9	-8,1	8,2	8,5	-2,2
Aberto	7,6	6,5	10,0	12,1	12,1	10,5	-3,8	6,3	6,6	-2,3
Oculto	4,6	2,2	5,1	7,2	6,9	6,4	-16,8	12,8	12,2	-1,9
Pelo Trabalho Precário	2,9	1,5	3,8	5,1	4,9	4,8	-15,2	14,2	10,3	-1,0
Pelo Desalento	1,7	0,7	1,3	2,1	2,0	1,5	-19,9	9,2	17,3	-5,5

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Gráfico 1

Evolução das Taxas Médias de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1988-2005



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E ECONOMICAMENTE ATIVA

O período analisado encerra um momento de inflexão na história da dinâmica populacional brasileira. A partir das décadas de 1980 e 1990, assiste-se à desaceleração do movimento migratório quase secular das regiões mais rurais para os grandes centros industriais. Ao lado disso, deve-se considerar o fenômeno da redução da fecundidade, que se acentuou a partir das décadas de 1970 e 1980, principalmente nesses centros. Tais movimentos, combinados, contribuíram para a redução do dinamismo do crescimento populacional e também do seu segmento em idade ativa (PIA) que se observa ao comparar as suas taxas de crescimento, no período de 1996 a 1999, em relação ao momento seguinte, de 1999 a 2005.

No total das áreas metropolitanas pesquisadas, a PIA, estimada em 26,7 milhões, em 1998, passou para 27,3 milhões de pessoas, em 1999, ao crescer a

uma taxa de 2,4% (Tabela 3). A mesma taxa havia se reduzido para uma média anual de 2,0%, entre 1999 e 2002, e para 1,9%, entre 2002 e 2005, o que resultou em PIA estimada de 30,7 milhões, em 2005. Nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Recife, observaram-se reduções sensíveis, ao longo do período, enquanto que as demais não apresentaram mudança considerável no ritmo de crescimento da PIA.

O segmento da PIA incorporado à força de trabalho, ou seja, a PEA, estava estimada em 18,7 milhões de pessoas, no total das áreas metropolitanas analisadas, em 2005 (Tabela 3). Pelo Gráfico 2, observa-se que o crescimento da PEA revelou-se mais acentuado que o total da PIA ao longo do período analisado, em todas as áreas metropolitanas, com exceção de Recife e com destaque para o Distrito Federal, onde a diferença entre as taxas de crescimento da PIA e da PEA foi mais evidente (3,3% ao ano e 4,1% ao ano, respectivamente).

Tabela 3

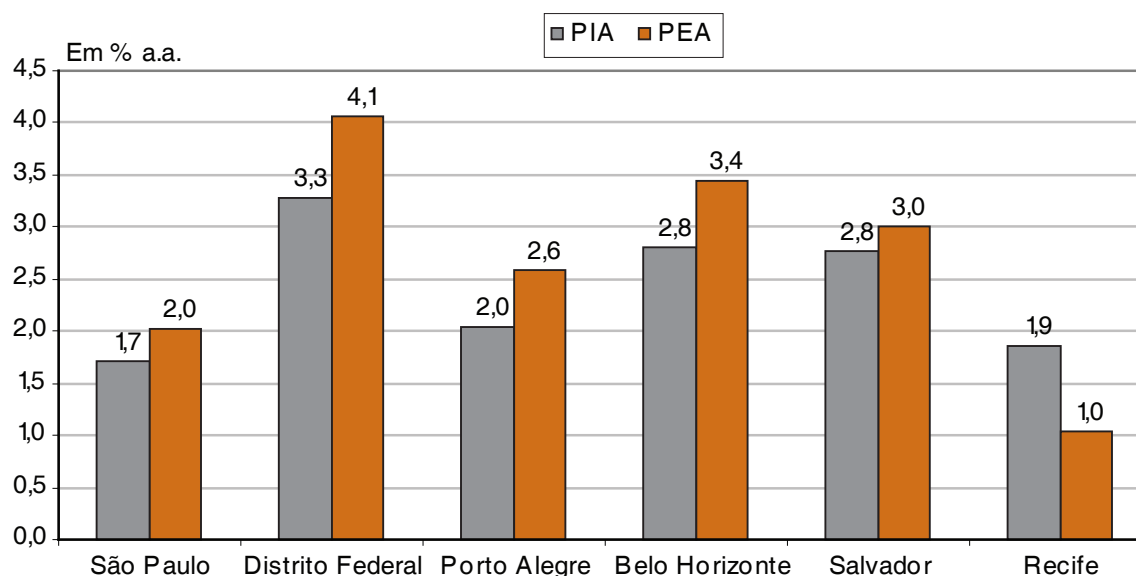
Evolução da PIA e da PEA
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Estimativas (em 1.000 pessoas)					Variações (% a.a.)			
	1996	1998	1999	2002	2005	1998/1996	1999/1998	2002/1999	2005/2002
Total da PIA	-	26.683	27.322	28.994	30.695	-	2,4	2,0	1,9
São Paulo	13.563	14.142	14.445	15.148	15.808	2,1	2,1	1,6	1,4
Distrito Federal	1.393	1.487	1.536	1.692	1.863	3,3	3,3	3,3	3,3
Porto Alegre	2.669	2.780	2.855	3.019	3.199	2,1	2,7	1,9	1,9
Belo Horizonte	3.111	3.295	3.391	3.683	3.991	2,9	2,9	2,8	2,7
Salvador	-	2.322	2.385	2.589	2.810	-	2,7	2,8	2,8
Recife	-	2.657	2.710	2.863	3.024	-	2,0	1,8	1,8
Total da PEA	-	15.926	16.442	17.745	18.720	-	3,2	2,6	1,8
São Paulo	8.382	8.711	8.985	9.619	10.038	1,9	3,1	2,3	1,4
Distrito Federal	841	919	953	1.090	1.203	4,5	3,7	4,6	3,3
Porto Alegre	1.457	1.576	1.665	1.736	1.835	4,0	5,6	1,4	1,9
Belo Horizonte	1.764	1.898	1.940	2.166	2.391	3,7	2,2	3,7	3,3
Salvador	-	1.393	1.436	1.611	1.717	-	3,1	3,9	2,1
Recife	-	1.429	1.463	1.523	1.536	-	2,4	1,3	0,3

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

Gráfico 2

Taxas de Crescimento da PIA e da PEA
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996/2005 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

O crescimento da PEA maior que da PIA, fenômeno verificado na maioria dos casos, sugere mudança de comportamento da população, com a ampliação do número relativo de seus componentes saindo da condição de inativos e ingressando no mercado de trabalho, ao longo do período. Nenhum dos atributos pessoais analisados pela PED proporciona melhor explicação para o maior envolvimento da PIA no mercado de trabalho do que o gênero, uma vez que a taxa de participação, que é a razão entre a PEA e a PIA, havia permanecido relativamente estável ou mesmo diminuído, entre os homens, ao passo que, entre as mulheres, havia assumido uma trajetória ascendente, de forma consistente⁷ (Gráfico 3).

Qualificando mais o movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho – e a permanência dos homens –, deve-se considerar que foi mais intenso na primeira fase (até 1999) que no momento seguinte, o que resultou numa desaceleração do crescimento da PEA entre 1999 e 2005, mesmo, por vezes, com a manutenção da velocidade de aumento

da PIA. Na Região Metropolitana de Recife – RMR, onde essa desaceleração foi mais explícita, o crescimento da PEA, que era de 2,4%, entre 1998 e 1999, reduziu para a média de 1,3% ao ano, entre 1999 e 2002, que se agravou, no momento seguinte, até 2005, ao apresentar um crescimento de apenas 0,3% ao ano (Tabela 3).

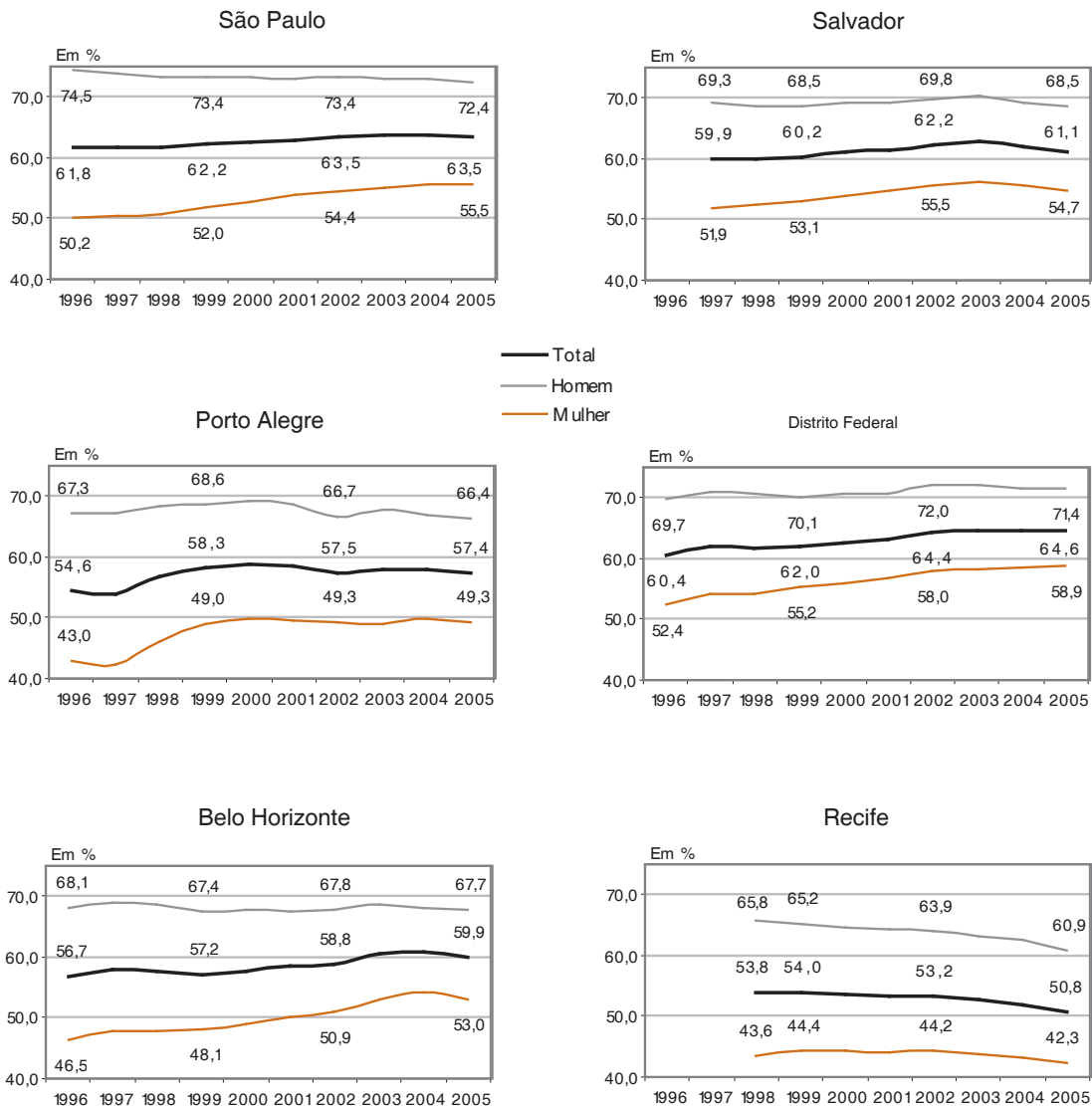
A perda de fôlego do processo de inserção feminina no mercado de trabalho e mesmo a evasão de homens do contingente de pessoas economicamente ativas podem estar relacionadas com as tendências, tanto quantitativas como qualitativas, da geração de postos de trabalho, que é o tema do próximo item.

EVOLUÇÃO DO NÍVEL E DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DE RENDIMENTOS

De modo geral, pode-se afirmar que o desempenho da ocupação no período de 1990 a 2005 foi desigual entre os anos e diferenciado nas regiões pesquisadas pela PED, repercutindo sobre as características da estrutura ocupacional dessas regiões.

Gráfico 3

Evolução da Taxa de Participação, por Sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998-2005



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

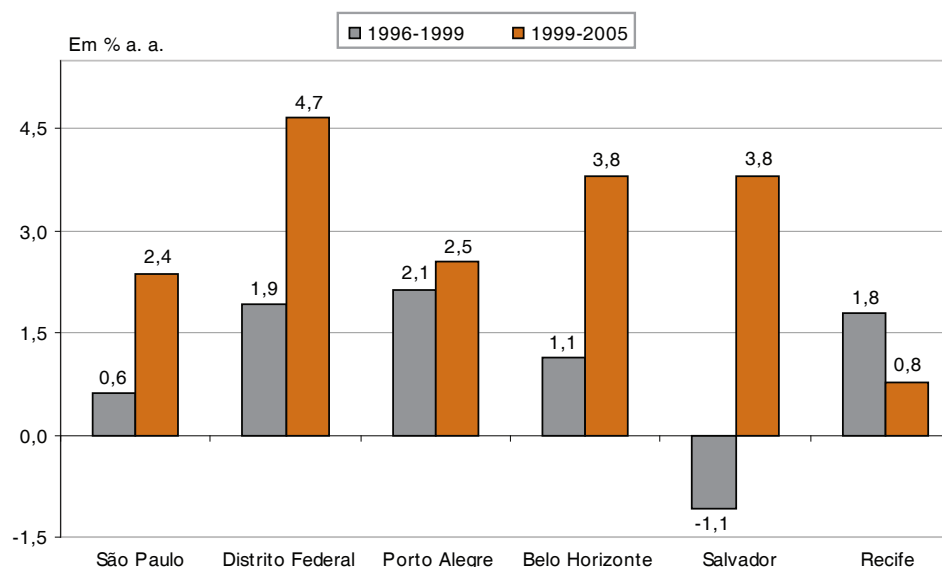
Em termos temporais, observa-se que o ano de 1999 constitui-se um divisor de águas no desempenho da ocupação nas regiões metropolitanas brasileiras. A taxa de crescimento média anual do nível de ocupados avançou de maneira muito tímida até 1999 e se recuperou consideravelmente nos anos seguintes. Esse comportamento se verificou muito nitidamente em cinco das seis regiões pesquisadas pela PED

– com exceção da RMR, em que pese o reduzido período de análise, uma vez que a pesquisa nessa região iniciou-se em 1998 (Gráfico 4).

Como resultado da melhora de desempenho do crescimento ocupacional após 1999, o contingente de ocupados estimado nas seis regiões investigadas pela PED, que era de 13,1 milhões em 1999, cresceu para 15,4 milhões em 2005. Contudo, o ritmo de crescimen-

Gráfico 4

Taxa de Crescimento Médio Anual da Ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

to da ocupação nesse período de aumento do número do emprego metropolitano no Brasil não foi uniforme. Verifica-se que o crescimento absoluto e relativo da ocupação nos primeiros três anos que se seguiram a 1999 (até 2002) foram maiores que nos três anos subsequentes (2003 até 2005), denotando perda gradual de

dinamismo após grande ímpeto inicial – que também pode ser explicada pela demanda reprimida por trabalhadores no início de um ciclo econômico ou pelo efeito estatístico da base de análise deprimida (Tabela 4).

Outra característica que marcou as transformações dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros

Tabela 4

Evolução da Estimativa dos Ocupados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Estimativas (em 1.000 pessoas)					Variações (% a.a.)			
	1996	1998	1999	2002	2005	1998/1996	1999/1998	2002/1999	2005/2002
Total	-	12.952	13.113	14.284	15.369	-	1,2	2,9	2,5
São Paulo	7.116	7.126	7.251	7.791	8.342	0,1	1,8	2,4	2,3
Distrito Federal	701	739	742	864	975	2,7	0,4	5,2	4,1
Porto Alegre	1.266	1.325	1.349	1.470	1.569	2,3	1,8	2,9	2,2
Belo Horizonte	1.540	1.596	1.593	1.774	1.992	1,8	-0,2	3,7	3,9
Salvador	-	1.046	1.038	1.171	1.298	-	-0,8	4,1	3,5
Recife	-	1.120	1.140	1.214	1.193	-	1,8	2,1	-0,6

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

na década de 1990 foi a fragilização da sua estrutura ocupacional, relacionada à queda na capacidade de geração de emprego por parte do setor industrial (com o respectivo aumento da participação do setor de serviços), com o aumento de formas de contratação flexíveis e muitas vezes à margem da legislação trabalhista, além da importância dos trabalhos precários como alternativas ao desemprego. Como se verá adiante, algumas dessas tendências foram estancadas ou revertidas a partir de 1999.

A queda do emprego na indústria está intimamente relacionada ao padrão de desenvolvimento e à forma de inserção internacional escolhidos pelo Brasil desde os anos 1990. A adoção de medidas, como a abertura comercial abrupta, taxas de juros elevadas, câmbio apreciado e redução do papel do Estado, resultaram não só num débil e instável crescimento econômico – com rebatimentos no nível de emprego do mercado de trabalho – como também numa aceleração e intensificação da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas. Esse movimento acabou por eliminar e/ou deslocar postos de trabalho, via racionalização, aumento da produtividade e intensificação do processo de terceirização nas regiões mais industrializadas.

Como resultado do crescimento da ocupação e dos novos arranjos produtivos, não obstante o setor industrial não ter deixado de reduzir seu contingente de ocupados em termos absolutos, ele perdeu participação na estrutura ocupacional setorial em cinco das seis regiões pesquisadas pela PED – salvo em Salvador, onde houve ampliação. As maiores reduções relativas da indústria no emprego setorial ocorreram nas regiões metropolitanas mais industrializadas de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre – também no Distrito Federal, observou-se a queda de sua participação, porém, como a presença industrial nessa região é pequena, a movimentação não chegou a ser significativa.

Na RMSp, entre os anos de 1996 e 2005, a indústria perdeu 3,0 pontos percentuais da sua participação no total das ocupações. Nesse mesmo período, o emprego industrial das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre perdeu, respectivamente, 1,8 e 1,6 pontos percentuais de participa-

ção na ocupação total. No sentido oposto, o setor de serviços, que já era o principal responsável pela ocupação, ampliou sua participação em todas as regiões metropolitanas investigadas (Tabela 5).

Contudo, o ritmo dessa tendência a desindustrialização em paralelo à crescente importância do emprego no setor de serviços nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros não foi uniforme nessa última década. Mais uma vez, o ano de 1999 constituiu-se em um marco analítico para essa mudança. Até 1999, a taxa de crescimento médio anual da ocupação industrial era mormente negativa e substancialmente menor ao incremento da participação do setor de serviços. Após 1999, ainda que persistisse a tendência de um melhor desempenho dos ocupados no setor de serviços, a diferença entre os dois ritmos de expansão aproximou-se consideravelmente (Tabela 6). Tal inflexão no comportamento tendencial do emprego industrial guardou relação com a desvalorização cambial ocorrida em 1999, que resultou em relativa melhora na competitividade internacional dos produtos brasileiros chamados de *tradables* (comercializáveis), em que se enquadram os produtos industrializados.

Ao lado da reestruturação da indústria e da sua consequente perda de importância como gerador de empregos houve, entre meados dos anos 1990 e 2005, um crescimento das formas flexíveis de contratação de mão-de-obra, tanto pelo setor privado quanto pelo público. O Gráfico 5 permite visualizar essa tendência à expansão das formas de contratação flexibilizadas de trabalhadores frente a perda de participação das formas de inserção padrão em todas as regiões pesquisadas pela PED. Cabe mencionar que, como flexibilizada, entende-se a contratação do trabalhador diretamente como assalariado sem carteira de trabalho assinada, pela sua contratação via empresa terceirizada ou como trabalhador autônomo.

Entre 1996 e 2005, na RMSp, a contratação flexibilizada aumentou de 29,2% do total de postos de trabalho gerados por empresas para 35,1%. Na RMPOA, a contratação flexibilizada passou de 20,2% para 25,0%. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, a contratação flexibilizada aumentou de 25,8% para 26,5%. No Distrito Federal, por sua vez, saltou de

Tabela 5

Distribuição dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em porcentagem

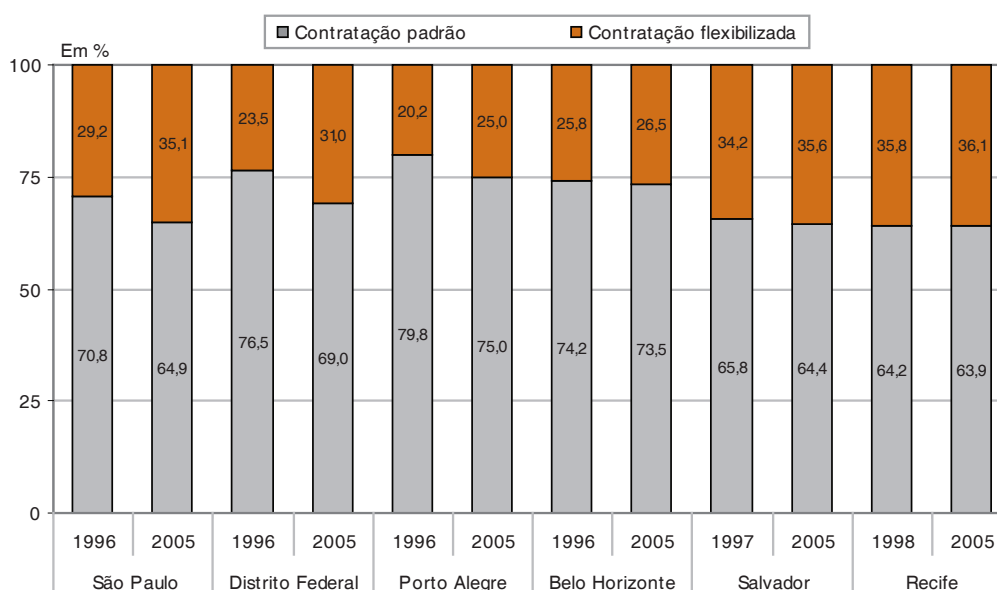
Setores de Atividade Econômica	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	22,6	19,6	20,0	19,5	4,8	3,9	3,7	3,9	21,2	19,0	18,8	19,6
Comércio	17,2	16,1	16,1	16,1	14,6	14,5	15,4	16,1	16,7	16,9	16,1	17,1
Serviços	46,2	49,6	49,4	50,5	63,4	65,0	65,5	66,0	48,4	50,3	52,2	51,4
Construção civil	5,4	5,3	5,2	4,9	4,8	4,1	3,9	3,6	6,0	5,8	5,3	4,9
Serviços domésticos	8,1	8,9	8,6	8,6	11,6	11,6	10,4	9,6	7,3	7,6	7,2	6,6
Outros setores	0,5	0,5	0,7	0,4	0,8	0,9	1,1	0,8	0,4	0,4	0,4	0,4

Setores de Atividade Econômica	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	16,1	14,4	14,5	14,3	8,4	8,1	8,4	9,3	9,9	9,3	9,0	9,4
Comércio	15,1	15,0	15,4	15,6	17,9	15,9	16,3	16,1	20,7	21,5	20,4	19,4
Serviços	49,6	51,3	53,0	54,5	55,6	58,5	59,0	59,0	51,5	51,5	53,1	54,2
Construção civil	8,2	8,3	6,9	6,3	5,4	5,5	5,2	4,7	4,8	4,7	4,8	4,2
Serviços domésticos	10,0	10,1	9,5	8,9	10,8	10,4	10,1	9,4	9,7	9,6	9,0	9,1
Outros setores	1,0	0,9	0,7	0,4	1,9	1,6	1,0	1,5	3,4	3,4	3,7	3,7

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Gráfico 5

Distribuição dos Postos de Trabalho Gerados por Empresas, segundo Formas de Contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Tabela 6

Taxas de Crescimento Médio Anual dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em porcentagem

Setores de Atividade Econômica	São Paulo				Distrito Federal			
	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999
Total	0,6	2,4	2,3	2,4	1,9	5,2	4,1	4,7
Indústria	-4,0	3,1	1,5	2,3	2,4	3,3	5,9	4,6
Comércio	-1,6	2,4	2,3	2,4	5,1	7,2	5,7	6,4
Serviços	3,0	2,3	3,1	2,7	2,8	5,4	4,4	4,9
Construção civil	0,0	1,8	0,3	1,1	-3,1	4,3	1,0	2,6
Serviços domésticos	3,8	1,3	2,3	1,8	2,0	1,5	1,1	1,3
Outros setores	1,8	13,1	-15,7	-2,3	-36,1	18,6	-3,5	7,0

Setores de Atividade Econômica	Porto Alegre				Belo Horizonte			
	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999
Total	2,1	2,9	2,2	2,5	1,1	3,7	3,9	3,8
Indústria	-1,5	2,7	3,5	3,1	-2,6	3,9	3,5	3,7
Comércio	2,6	1,2	4,5	2,8	0,9	4,5	4,4	4,5
Serviços	3,4	4,2	1,7	2,9	2,3	4,8	4,9	4,9
Construção civil	0,9	0,0	-0,4	-0,2	1,6	-2,6	0,8	-0,9
Serviços domésticos	3,8	1,0	-1,0	0,0	1,5	1,6	1,6	1,6
Outros setores	0,0	-5,9	6,3	0,0	0,0	-4,7	-14,9	-9,9

Setores de Atividade Econômica	Salvador				Recife			
	1999/1997	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1998	2002/1999	2005/2002	2005/1999
Total	-1,1	4,1	3,5	3,8	1,8	2,1	-0,6	0,8
Indústria	-2,8	5,3	7,3	6,3	-4,5	0,9	0,9	0,9
Comércio	-6,8	5,0	3,0	4,0	5,6	0,4	-2,3	-1,0
Serviços	1,4	4,4	3,5	4,0	1,7	3,2	0,1	1,6
Construção civil	0,0	2,3	0,0	1,1	0,0	2,4	-4,8	-1,3
Serviços domésticos	-3,1	3,0	1,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros setores	-7,8	-11,0	16,6	1,9	2,6	4,9	-0,7	2,0

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

23,5% para 31,0%. Nas Regiões Metropolitanas de Salvador – RMS e de Recife – RMR, os patamares de flexibilização já eram os mais elevados (em torno de 35%) e seu comportamento foi mais estável.

Note-se que, em 2005, a proporção de contratações flexibilizadas na RMSP praticamente se igualou às proporções observadas nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador. Nesse mesmo ano, nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Belo Horizonte, a proporção de contratações flexibilizadas

situou-se em patamares menores, porém também elevados – respectivamente, 25,0% e 26,5%.

No entanto, esse movimento de expansão das formas de contratação flexibilizadas não foi linear no período após meados dos anos 1990 até 2005. Desde 2002, foi identificado, na maior parte das regiões metropolitanas pesquisadas, um esboço de reversão da tendência de aumento na participação das formas de contratação flexibilizadas frente à contratação padrão – somente no Distrito Federal e em Salvador,

as formas flexibilizadas de contratação seguiram em crescimento (Gráfico 6).

A Tabela 7 permite verificar que, em todas as regiões, a principal forma de flexibilização foi a contratação do trabalhador diretamente pela empresa, como assalariado sem carteira de trabalho assinada. Esta forma de contratação chegou a atingir 18,9% dos postos de trabalhos gerados pelas empresas na RMSP. Já as menores proporções de trabalhadores contratados sob essa forma foram observadas no Distrito Federal (10,5%) e na RMPOA (12,1%). Cabe sublinhar que, em todas as regiões pesquisadas, ocorreu um aumento significativo dessa forma de contratação até 2002 e uma posterior perda de importância. Essa dinâmica esteve em consonância e influenciou sobremaneira a tendência recente anteriormente apresentada, qual seja, de perda de participação das contratações flexibilizadas no total de contratações.

A segunda forma de flexibilização, que se generalizou muito rapidamente entre meados da década de 1990 e 2005, foi o assalariamento indireto em decorrência da terceirização de serviços. Com exceção da

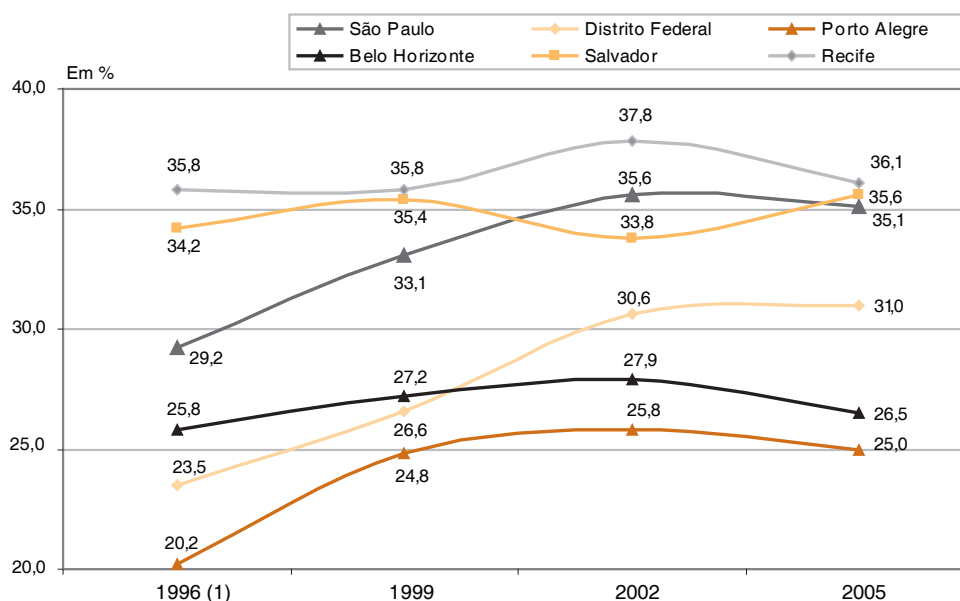
RMBH, que registrou relativa estabilidade desse tipo de contratação, nas outras cinco regiões estudadas verificaram-se elevações na proporção dos assalariados terceirizados. No Distrito Federal, a parcela desse tipo de contratação mais que dobrou, passando de 5,6% em 1996 para 12,1% em 2005.

Entretanto, a contratação do trabalhador como conta própria ou autônomo foi também uma forma de flexibilização bastante importante. Em 2005, o peso relativo desse tipo de contratação foi inclusive maior que a contratação via terceirização de serviços em três regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Neste particular, cabe destacar que a proporção dos contratados como autônomos para uma empresa na RMSP atingiu 9,7% dos postos de trabalho, participação essa muito superior a alcançada pela terceirização de serviços (5,3%), em 2005.

A análise anterior parece indicar que a flexibilização do padrão de assalariamento tende a utilizar formas precárias de relações de trabalho, como o assalariamento sem carteira de trabalho, que coloca o trabalhador à margem das garantias legais mínimas

Gráfico 6

Evolução da Participação dos Postos de Trabalho Flexíveis Gerados por Empresas
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador - RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife - RMR, é 1998.

Tabela 7

Distribuição dos Postos de Trabalho Gerados por Empresas, segundo Formas de Contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Formas de Contratação	Em porcentagem											
	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação padrão	70,8	66,9	64,4	64,9	76,5	73,4	69,4	69,0	79,8	75,2	74,1	75,0
Assalariados contratados diretamente												
Com carteira - setor privado	59,1	56,0	54,4	55,0	33,3	35,0	36,4	38,6	61,4	59,5	59,1	61,0
Com carteira - setor público	4,6	3,7	3,2	3,5	11,2	5,5	4,5	4,1	9,0	5,5	5,0	4,6
Estatutário	7,0	7,2	6,8	6,4	32,1	32,9	28,5	26,4	9,3	10,2	10,0	9,4
Contratação flexibilizada	29,2	33,1	35,6	35,1	23,5	26,6	30,6	31,0	20,2	24,8	25,8	25,0
Assalariados contratados diretamente												
Sem carteira - setor privado	16,2	17,9	19,3	18,9	11,2	11,4	12,0	10,5	9,9	12,3	13,9	12,1
Sem carteira - setor público	1,6	1,7	1,9	1,5	2,2	3,4	3,8	3,6	2,3	2,2	2,8	3,1
Assalariados terceirizados	3,4	4,0	4,6	5,3	5,6	8,2	9,9	12,1	2,9	4,4	4,7	5,2
Autônomos para uma empresa	8,1	9,5	9,7	9,7	4,4	3,5	5,0	4,7	5,1	5,9	4,4	4,6

Formas de Contratação	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contratação padrão	74,2	72,8	72,1	73,5	65,8	64,6	66,2	64,4	64,2	64,2	62,2	63,9
Assalariados contratados diretamente												
Com carteira - setor privado	55,5	55,3	56,3	58,6	42,9	43,8	46,7	47,1	44,1	45,0	45,5	47,3
Com carteira - setor público	6,6	4,4	3,7	3,3	9,9	5,2	4,5	3,6	7,1	6,8	5,6	5,1
Estatutário	12,2	13,0	12,1	11,5	13,0	15,6	15,0	13,7	13,0	12,4	11,2	11,5
Contratação flexibilizada	25,8	27,2	27,9	26,5	34,2	35,4	33,8	35,6	35,8	35,8	37,8	36,1
Assalariados contratados diretamente												
Sem carteira - setor privado	14,6	14,6	16,0	13,7	17,0	17,0	17,8	16,4	17,3	17,7	18,2	16,9
Sem carteira - setor público	1,8	1,9	2,7	3,4	3,9	3,8	2,7	3,3	3,4	2,9	4,1	4,3
Assalariados terceirizados	4,4	5,2	4,4	4,3	7,0	8,2	8,1	11,1	5,7	5,0	5,8	6,3
Autônomos para uma empresa	5,0	5,5	4,7	5,1	6,4	6,3	5,2	4,8	9,4	10,2	9,8	8,7

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ou a contratação deste como conta própria, o que implica na marginalização dos benefícios associados ao trabalho assalariado e a transferência, para este trabalhador, de custos e riscos próprios de uma empresa. Cabe assinalar que esta última forma de contratação tem sido utilizada pelo empregador para reduzir seu contingente de assalariados diretos.

Ademais, merece ponderação o fato de que as três formas de contratação flexibilizadas analisadas não são situações novas no mercado de trabalho brasileiro e tampouco um movimento de sua modernização, embora tenham sido atualmente valorizadas como tais e, muitas vezes, apresentadas como benéficas não só para as empresas mas também para os trabalhadores.

Neste sentido, é esclarecedora a comparação entre o resultado da evolução da contratação flexível no mercado de trabalho metropolitano de São Paulo com a situação observada nos mercados metropolitanos de Recife e Salvador, regiões historicamente com menor grau de consolidação de desenvolvimento industrial e do padrão de assalariamento brasileiro. O acentuado processo de flexibilização da contratação de trabalho observado na RMSP igualou sua situação ao patamar de contratações flexíveis existente em Salvador e em Recife (Gráfico 3); ao mesmo tempo, tornou mais parecidas as proporções dos diferentes tipos de contratações flexíveis (Tabela 7).

A análise mais acurada do processo de flexibilização por setor de atividade (Tabela 8) permite observar que, em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, os setores de indústria e de comércio logram nos anos 2000 reverter, em alguma medida, o processo de intensificação da flexibilização ocorrida nos anos 1990. De modo correlato, essa mesma reversão na forma de contratação flexibilizada ocorre no setor de construção civil em cinco regiões pesquisadas; somente na RMSP, a flexibilização continua sendo praticada crescentemente – atingindo, inclusive, um patamar bastante alto no último ano considerado (52,6%).

Na indústria, a reversão no processo de intensificação da flexibilização verificado nos anos 1990 foi menor na RMSP, sendo que, nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e no Distrito Federal, a flexibilização chegou a ser menor em 2005 do que havia sido em meados da década de 1990 – mais especificamente, no primeiro ano da série estudada. No último ano analisado, a maior proporção de postos de trabalho industriais com contrato flexível foi registrado no Distrito Federal (37,7%) e a menor, na RMPOA (14,2%). Já no comércio, as maiores reversões nos processos de flexibilização ocorreram no Distrito Federal, na RMBH e na RMS. Nesse setor, todas as regiões metropolitanas finalizaram 2005 com proporções menores de trabalhadores flexibilizados que nos anos iniciais da série investigada, ainda em meados dos anos 1990. Ao final do período, os maiores patamares de trabalhadores comerciais flexibilizados foram encontrados na RMR (39,4%) e os menores, novamente, na RMPOA (21,8%).

Contudo, o setor de serviços não experimenta o mesmo comportamento de reversão na tendência de flexibilização observada nos outros setores entre meados da década de 1990 e 2005. Somente na RMR, observou-se pequena diminuição na proporção de trabalhadores do setor de serviços com contrato flexibilizado entre 2002 e 2005, enquanto que, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, verifica-se relativa estabilidade da dinâmica de crescimento do fenômeno entre os dois últimos anos da série em questão. Nas regiões metropolitanas de Salvador, Porto Alegre e no Distrito Federal, a flexibilização avançou com maior persistência no período analisado, crescendo, respectivamente, 14,33%, 35,59% e 62,94%.

Para melhor observação da intensificação do processo de flexibilização no setor de serviços procedeu-se à desagregação dos dados setoriais para elucidar os motivos dessa particular performance (Tabela 8). Sua análise revela a expansão da flexibilização na administração pública – de forma praticamente ininterrupta no período, em todas as seis regiões investigadas. Condizente com o peso do serviço público no Distrito Federal, é justamente ali que a proporção de contratos de trabalho flexibilizados mais se intensifica, aumentando em quase três vezes sua participação no período (crescimento de 274,65%), partindo de uma parcela de 7,1% dos contratos em 1996 e atingindo 26,6% em 2005.

Interessante verificar que a gestão pública introduz paulatinamente, na década de 1990, os conceitos e princípios da gestão empresarial que traziam na sua esteira a necessidade da reestruturação produtiva que se deu, principalmente, via flexibilização das relações de trabalho – adotados pela iniciativa privada com grande intensidade desde os primeiros anos da década de 1990.

Na gestão pública, a introdução dessa nova visão de administração gerencial se explicita e começa a ser trabalhada de forma mais efetiva por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995. Ocorre que a resistência social e sindical inicial a esse novo modelo foi muito grande, de modo que sua introdução foi paulatina, mas, a julgar pelos resultados da PED, contínua e profunda. Talvez a iniciativa privada já tenha percebido os limites do uso de tal política de trabalho

Tabela 8

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em porcentagem

Posição na Ocupação	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total	63,0	61,4	62,4	63,4	64,4	66,8	67,1	67,9	65,6	63,2	65,5	67,1
Assalariados – setor privado	53,9	52,8	54,1	55,3	33,7	37,7	41,0	43,6	51,2	51,1	53,3	55,1
Subcontratados	2,3	2,7	3,2	3,7								
Com carteira assinada	42,5	40,4	40,2	41,6	26,1	29,3	31,9	34,9	44,2	42,3	43,3	46,1
Sem carteira assinada	11,4	12,5	14,0	13,8	7,7	8,4	9,1	8,6	7,0	8,8	10,0	9,0
Assalariados – setor público	9,1	8,5	8,2	8,0	30,7	29,0	26,0	24,3	14,3	12,0	12,2	12,0
Autônomo	17,5	18,7	19,6	19,1	15,8	13,3	14,5	15,2	17,6	18,9	17,5	17,5
que trabalha para o público	10,2	10,6	10,9	10,3	12,5	10,6	10,6	11,4	12,7	13,6	12,6	12,3
que trabalha para empresa	7,4	8,1	8,7	8,8	3,3	2,8	3,9	3,7	4,9	5,3	4,9	5,2
Empregadores	5,2	4,7	4,2	4,0	4,3	4,8	4,4	4,6	3,7	4,0	4,2	4,2
Empregados domésticos	8,1	8,9	8,6	8,6	11,6	11,6	10,4	9,6	7,3	7,6	7,2	6,6
Demais posições	6,3	6,3	5,3	4,8	3,9	3,5	3,6	2,7	5,8	6,3	5,6	4,7

Posição na Ocupação	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total	62,9	61,4	63,7	64,4	56,1	58,5	59,9	61,8	55,4	54,8	56,3	59,2
Assalariados – setor privado	49,1	48,8	51,2	51,9	40,0	43,0	45,7	48,3	41,0	41,3	43,3	45,7
Subcontratados	2,8	3,4	2,8	2,9	4,1	5,1	5,0	7,1	8,4	7,4	8,3	
Com carteira assinada	39,3	39,1	40,1	42,6	29,2	31,7	33,9	36,8	30,0	30,3	31,6	34,6
Sem carteira assinada	9,8	9,7	11,1	9,3	10,8	11,3	11,8	11,5	11,0	11,0	11,7	11,1
Assalariados – setor público	13,7	12,6	12,5	12,4	16,1	15,4	14,2	13,4	14,4	13,5	13,0	13,5
Autônomo	18,9	21,0	20,1	20,2	24,6	23,9	23,1	22,7	24,4	26,0	25,2	24,5
que trabalha para o público	14,4	16,1	15,5	14,9	19,7	19,0	18,9	19,0	17,2	18,3	17,7	17,5
que trabalha para empresa	4,5	4,9	4,6	5,3	4,9	4,9	4,2	3,8	7,2	7,6	7,5	7,0
Empregadores	5,3	4,8	4,8	4,3	4,3	3,9	4,2	3,9	3,3	3,0	3,7	2,6
Empregados domésticos	10,0	10,1	9,5	8,9	10,8	10,4	10,1	9,4	9,7	9,5	9,0	9,1
Demais posições	2,9	2,7	1,9	2,2	4,2	3,3	2,7	2,2	7,2	6,7	5,8	4,6

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

e esteja efetivamente voltando atrás na estratégia adotada. Contudo, como no setor público a introdução dessa política de flexibilização da força de trabalho foi mais lenta e apresentou defasagem temporal em relação à iniciativa privada que respondeu muito mais rapidamente, de modo que ainda não se tenha dado

conta dos limites da utilização dessa relação flexibilizada de trabalho e continue a praticá-la.

Outra sorte de estatísticas proporcionadas pela PED, qual seja, a distribuição do total de ocupados por posição na ocupação, evidencia que a crescente fragilização dos mercados de trabalho metropolita-

nos brasileiros – no sentido do aumento da parcela de trabalhadores em ocupações tradicionalmente consideradas mais vulneráveis – foi um fenômeno que caracterizou o mercado de trabalho metropolitano brasileiro na década de 1990. Desde 1999, esboçou-se um movimento de reversão desse fenômeno de precarização da força de trabalho metropolitana, diante do aumento relativo do assalariamento, notadamente com carteira de trabalho assinada, frente a outras posições em ocupações mais precárias (Tabela 9).

Nos anos 1990, verificava-se uma redução generalizada do peso do trabalho assalariado no conjunto dos postos de trabalho gerados e o aumento de formas alternativas a este tipo de inserção – ou seja, a ocupação como trabalhadores autônomos, como empregados domésticos e até mesmo como trabalhadores familiares em negócios de parentes. Esses

segmentos alternativos são geralmente considerados mais precários, uma vez que estão associados a atividades de menor nível de produtividade, com menores rendimentos, a trabalhos mais instáveis, com menor proteção social e a condições de trabalho mais inadequadas e, em alguns casos, até mesmo clandestinas. Estas formas de trabalho, em geral, inserem-se em segmentos da economia menos dinâmicos e são típicos de países mais atrasados e de mercado de trabalho mais heterogêneo.

Contudo, desde 1999 – e com alguma defasagem temporal de acordo com a região metropolitana considerada –, observou-se um movimento de recuperação do emprego assalariado, particularmente, do trabalho com registro em carteira. De modo correlato, mas no sentido oposto, a proporção do emprego assalariado sem carteira de trabalho atingiu seu ponto

Tabela 9

Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados (2), segundo Setores de Atividade Econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (3)

Setores de Atividade Econômica	São Paulo					Distrito Federal					Porto Alegre				
	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)
	1996	1999	2002	2005		1996	1999	2002	2005		1996	1999	2002	2005	
Total (4)	1.592	1.457	1.145	1.082	-4,2	1.748	1.660	1.532	1.339	-2,9	1.098	1.058	1.013	932	-1,8
Indústria	1.769	1.596	1.276	1.240	-3,9	1.356	1.448	1.143	875	-4,8	985	968	969	912	-0,9
Comércio	1.419	1.184	914	859	-5,4	1.257	1.122	1.005	855	-4,2	1.052	971	870	776	-3,3
Serviços	1.793	1.707	1.326	1.246	-4,0	2.177	2.071	1.904	1.674	-2,9	1.303	1.255	1.186	1.092	-1,9

Setores de Atividade Econômica	Belo Horizonte					Salvador					Recife				
	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)	Rendimento (em R\$ de nov. / 2007)				Var. (% a.a.)
	1996	1999	2002	2005		1996	1999	2002	2005		1996	1999	2002	2005	
Total (4)	1.032	917	907	806	-2,7	924	843	823	761	-2,4	818	775	728	576	-4,9
Indústria	1.093	998	1.002	884	-2,3	1.412	1.153	1.123	1.068	-3,4	831	825	772	617	-4,2
Comércio	1.041	818	769	702	-4,3	804	655	664	595	-3,7	705	655	580	486	-5,2
Serviços	1.202	1.098	1.063	923	-2,9	1.054	985	948	873	-2,3	1.010	955	898	691	-5,3

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-Dieese/SP.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

(4) Inclui construção civil, serviços domésticos e outros.

mais alto em 2002, perdendo participação até 2005. Uma hipótese explicativa desse fenômeno pode ser apreendida de uma análise mais ampla da ocupação nesses anos. Como visto anteriormente, a partir de 1999, o mercado de trabalho metropolitano brasileiro se inseriu em uma trajetória expansiva. Inicialmente, dado o ambiente de incertezas da conjuntura econômica no curto prazo, as empresas talvez preferissem contratar trabalhadores inicialmente sem registro em carteira e, posteriormente, com a confirmação de um quadro estrutural mais favorável, passaram a assinar a carteira destes trabalhadores. A Tabela 8 mostra que, não obstante a ocupação assalariada tenha se recuperado já a partir de 1999, foi no último triênio analisado (2003-2005) que o assalariamento com carteira tomou fôlego em detrimento do sem registro.

Entre meados da década de 1990 e 1999, a proporção de trabalho assalariado diminuiu em quatro das seis regiões estudadas: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Por sua vez, Salvador e Recife continuaram sendo as regiões metropolitanas onde o emprego assalariado é relativamente menor – respectivamente de 58,5% e 54,8%. Já nos períodos 1999/2002 e 2002/2005, o trabalho assalariado cresceu sistematicamente em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas. Em 2005, Distrito Federal e Porto Alegre foram as regiões que atingiram os maiores percentuais de assalariados entre os ocupados com respectivamente 67,9% e 67,1%. O vetor explicativo desse dinamismo recente do assalariamento nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros provém da performance do setor privado.

A proporção do emprego no setor público, ainda que com oscilações, reduziu-se tendencialmente, em todo o período de análise, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas – possível conseqüência do processo de privatização implementado na década passada, bem como da adoção de novas ferramentas gerenciais na administração pública que racionalizam o uso do fator trabalho no serviço público. No Distrito Federal, região onde prevalece acentuada concentração dos serviços públicos, a participação dos assalariados do setor público, ainda que em decréscimo no período em análise, atingiu 24,3% do total de ocupados em 2005.

A participação do trabalho assalariado no setor privado experimentou queda nas três regiões metropolitanas mais industrializadas (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) até 1999. Salvo essas regiões e nesse período específico, todas as demais regiões apresentaram desempenho positivo da parcela de assalariados no setor privado entre meados da década de 1990 e 2005. A maior proporção entre as regiões foi registrada em São Paulo, onde o contingente de assalariados no setor privado atingiu 55,3% do total de ocupados.

O trabalho por conta própria expandiu-se nas regiões metropolitanas mais industrializadas de São Paulo e Belo Horizonte, caiu em maior ou em menor medida em Salvador e no Distrito Federal, e apresentou relativa estabilidade em Porto Alegre e em Recife. Novamente, as modificações ocorridas nas regiões mais industrializadas tenderam a aproximar, também neste aspecto, suas estruturas ocupacionais das observadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Em que pese a pequena redução desta categoria em Salvador, sua proporção neste mercado de trabalho, juntamente com a observada em Recife, continuou sendo superior às registradas nas demais regiões metropolitanas.

A participação do emprego doméstico apresentou queda em cinco regiões metropolitanas – somente em São Paulo, a participação dos empregados domésticos cresceu no período entre meados da década de 1990 e 2005. Nesse último ano, a menor proporção de empregados domésticos no total de ocupados pode ser identificada em Porto Alegre (6,6%) e a maior no Distrito Federal (9,6%).

Um último ponto que merece especial, atenção no que diz respeito à estrutura ocupacional do mercado de trabalho metropolitano brasileiro, é a análise da dinâmica e da estrutura dos rendimentos entre meados da década de 1990 e 2005. O processo de perda de valor do rendimento real médio dos ocupados, em todo o período analisado e em todas as regiões investigadas, revela uma característica que marcou profundamente a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro nesse período, qual seja, de deterioração da renda, com abatimentos sobre o consumo interno, a produção e, assim, sobre o próprio nível de emprego (Gráfico 7).

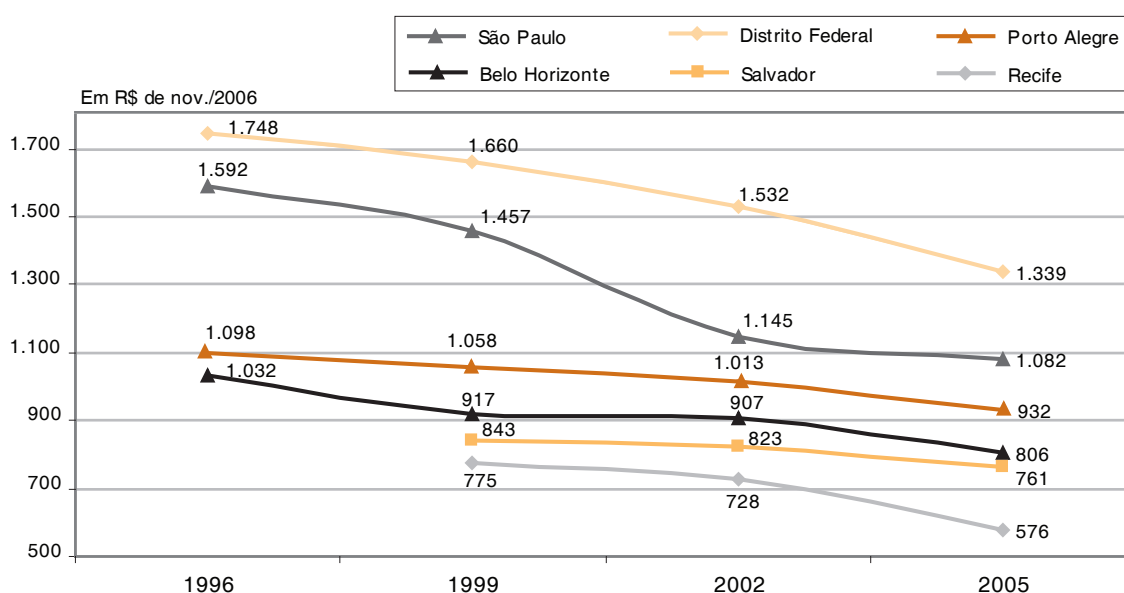
As maiores retrações do rendimento real médio, nessa década de análise, ocorreram nas áreas metropolitanas de Recife (4,9% ao ano) e São Paulo (4,2% ao ano). Deve-se ressaltar que tais perdas, acumuladas, resultaram na eliminação de pouco mais de ¼ do valor do rendimento original, conforme se observa na Tabela 10. Já a menor variação negativa foi regis-

trada pela RMPOA (1,8% ao ano), que, ao final do período, acumulava perda de 15,1% do rendimento médio de 1996.

Como a deterioração dos rendimentos foi generalizada entre as regiões metropolitanas estudadas, a hierarquia do nível de rendimentos entre as regiões pesquisadas não se alterou no período em questão.

Gráfico 7

Evolução do Rendimento Real Médio Anual dos Ocupados (1)
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Nota: Inflatores utilizados: IPCA-BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Ipea/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-Dieese/SP.

Tabela 10

Evolução da Estimativa de Desempregados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005

Região Metropolitana e Distrito Federal	Estimativas (em 1.000 pessoas)					Variações (% a.a.)			
	1996	1998	1999	2002	2005	1998/1996	1999/1998	2002/1999	2005/2002
Total	-	2.975	3.328	3.461	3.351	-	11,9	1,3	-1,1
São Paulo	1.266	1.585	1.734	1.828	1.696	11,9	9,4	1,8	-2,5
Distrito Federal	140	181	210	226	228	13,7	16,0	2,5	0,3
Porto Alegre	191	251	316	266	266	14,6	25,9	-5,6	0,0
Belo Horizonte	224	302	347	392	399	16,1	14,9	4,1	0,6
Salvador	-	347	398	440	419	-	14,7	3,4	-1,6
Recife	-	309	323	309	343	-	4,5	-1,5	3,5

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.*

Em 2005, o Distrito Federal continuou auferindo os maiores rendimentos (R\$ 1.339,00) e a RMR, os menores (R\$ 576,00).

Contudo, vale sublinhar que a dinâmica de deterioração dos rendimentos, ainda que generalizada, não se processou na mesma intensidade entre as regiões metropolitanas. Notadamente, as regiões que detinham os mais altos rendimentos registraram as maiores perdas na renda, embora a Grande Recife, que tinha a menor renda dentre as regiões pesquisadas, também apresentasse evolução semelhante dos seus rendimentos. Isso resultou, em parte, num movimento de diminuição da dispersão da renda entre as regiões metropolitanas. Em outras palavras, o rendimento real médio nas regiões metropolitanas brasileiras caminhou para o nivelamento por baixo, no sentido em que as regiões mais ricas tentaram imitar as mais pobres, e não o contrário (Gráfico 7 e Tabela 10).

Em relação ao comportamento setorial, verificou-se diminuição de rendimentos, em todos os setores, de todas as regiões metropolitanas investigadas no período, entre meados da década de 1990 e 2005. Destacam-se, entretanto, as perdas dos ocupados no comércio, que foram maiores que as respectivas médias regionais, em todos os casos analisados, como na Grande São Paulo, em que o rendimento do comércio diminuía 5,4% ao ano, contra a média total, de 4,2% ao ano, pela Tabela 10.

Por sua vez, os rendimentos provenientes do setor industrial, não obstante tenham caído em todas as seis regiões, foram os que menos recuaram ou que mais conseguiram manter seu poder aquisitivo nas áreas metropolitanas investigadas, com a exceção de Salvador e do Distrito Federal, onde foram superados pelo relativamente melhor desempenho da renda no setor de serviços. A RMPOA foi onde o rendimento real médio industrial menos declinou no período (0,9% ao ano).

EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

O recrudescimento do desemprego no período de 1996 a 1999, decorrente da dinâmica insuficiente de abertura de postos de trabalho, como visto acima, mostrou-se evidente em todas as áreas metropolita-

nas analisadas. Ficou explícita, nesse período, a incapacidade do mercado de trabalho em absorver os novos contingentes que nele ingressavam. Somente entre 1998 e 1999, a população desempregada no conjunto das regiões metropolitanas analisadas pela PED cresceu 11,9%, ao passar de 2.975 mil para 3.328 mil pessoas (Tabela 11).

No período seguinte, entre 1999 e 2005, a elevação do ritmo de expansão das ocupações, combinada com a diminuição da velocidade em que a PEA crescia, fez com que se reduzisse o vigor do aumento da população desempregada em todas as áreas metropolitanas analisadas. No total das regiões, a PEA desocupada havia crescido apenas 1,3% ao ano, entre 1999 e 2002, sendo que no período mais recente, observou-se redução absoluta desse contingente, uma vez que a taxa de crescimento foi negativa (1,1% ao ano), ao passar de 3.461 mil para 3.351 mil pessoas.

Analisando a taxa de desemprego total, que é a relação entre o número de desempregados e o total da PEA (Gráfico 8), os anos finais de crise do mercado de trabalho, entre 1996 e 1999, elevaram acentuadamente as taxas de desemprego. Na RMS, onde o problema do desemprego mostrou-se mais crônico, a taxa, que era de 21,6% em 1997, saltou para 27,7% em apenas dois anos. Por seu turno, a RMBH, mesmo apresentando uma das menores taxas de desemprego das regiões pesquisadas, não teve desempenho melhor, uma vez que esse indicador evoluiu de 12,7%, para 19,0% da PEA, no mesmo período. Em outras palavras, aproximadamente uma em cada cinco pessoas inseridas na força de trabalho estava desempregada nas regiões pesquisadas em 1999.

Os desdobramentos da economia sobre o mercado de trabalho e as tendências demográficas aventados por esse estudo determinaram uma trajetória descendente da taxa de desemprego após 1999. Entretanto, deve-se ressaltar que, até 2005, nenhuma das áreas pesquisadas apresentaram taxas de desemprego menores do que possuíam há dez anos. Na RMPOA – onde a redução da taxa mostrou-se mais precoce e visível já em 2002, ao passar de 19,0%, registrado em 1999, para 15,3% naquele ano, – apresentou taxa de desemprego de 14,5% da

Tabela 11

Médias Anuais das Taxas de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1988-2005

Em % da PEA

Anos	São Paulo	Distrito Federal	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Belém	Curitiba
1988	9,7				15,7			
1989	8,7						10,8	
1990	10,3						10,4	
1991	11,7						10,6	
1992	15,2	15,6					11,4	
1993	14,6	15,1	12,2					
1994	14,2	14,6	11,3					
1995	13,2	15,7	10,7					10,8
1996	15,1	16,6	13,1	12,7				13,0
1997	16,0	18,1	13,4	13,4	21,6			14,2
1998	18,2	19,4	15,9	15,9	24,9	21,6		
1999	19,3	22,1	19,0	17,9	27,7	22,1		
2000	17,6	19,6	16,6	17,8	26,6	20,7		
2001	17,6	20,0	14,9	18,3	27,5	21,1		
2002	19,0	20,8	15,3	18,1	27,3	20,3		
2003	19,9	22,9	16,7	20,0	28,0	23,2		
2004	18,7	20,9	15,9	19,3	25,5	23,1		
2005	16,9	19,0	14,5	16,7	24,4	22,3		

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

Nota: Nas regiões metropolitanas de Belém, Curitiba e Salvador (exclusivamente para 1988), as médias anuais estimadas foram obtidas pela média simples das taxas de desemprego trimestrais.

PEA, em 2005; nível superior aos 13,1% apontados em 1996.

Uma forma alternativa para analisar o desemprego é a confrontação entre o comportamento da PEA e do nível ocupacional, no período em estudo. Entre 1996 e 1999, observou-se na RMSP que o crescimento da PEA de 2,3% ao ano traduziu-se em incremento acumulado de 603 mil pessoas na força de trabalho (Tabelas 14 e 15), mas o aumento dos postos de trabalho cobriu o equivalente a apenas 22,4% desse total (Gráfico 9). Na RMS, esse fenômeno foi ainda mais agudo, uma vez que houve diminuição absoluta do número de ocupados, ao mesmo tempo em que a PEA crescia na média de 3,0% ao ano.

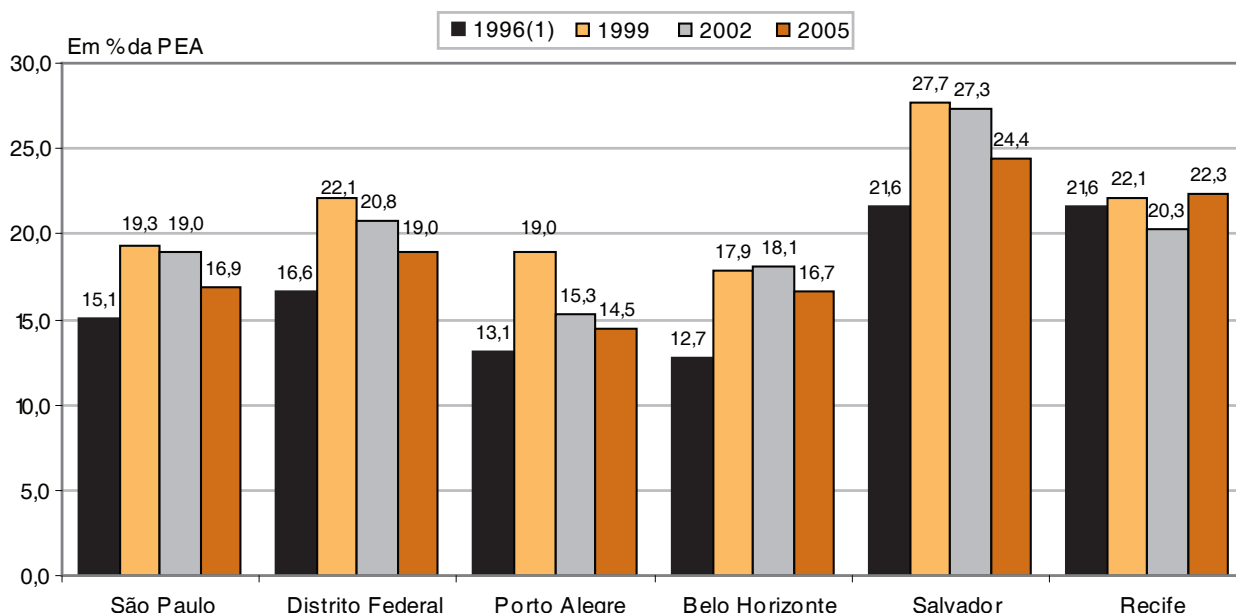
No período mais recente, entre 1999 e 2005, na Grande São Paulo, estimou-se que a PEA cresceu pouco mais de um milhão de pessoas (1.053 mil), enquanto que, em relação à abertura de postos de tra-

balho, a estimativa foi pouco superior a esse número (1.091 mil). Pelo Gráfico 10, observa-se que, na Grande Porto Alegre, o incremento de ocupações também foi superior ao crescimento da PEA, o que resultou na redução absoluta do número de desempregados em ambas as regiões. Mesmo na RMR, onde a recuperação foi mais tímida, o número de ocupações geradas correspondeu a 72,6% do adicional da PEA, no mesmo período.

Em relação ao tipo de desemprego, no período de crise do mercado de trabalho, entre 1996 e 1999, o desemprego assumiu características distintas nas regiões metropolitanas analisadas. Na RMBH e no Distrito Federal, o desemprego aberto havia crescido com maior intensidade (Tabela 14). Na maioria dos casos analisados, entretanto, ou seja, na RMSP, na RMPOA, na Região Metropolitana de Salvador – RMS e na RMR, o aumento do desemprego incidiu

Gráfico 8

Taxas de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Tabela 12

Estimativas Médias da PIA, PEA, Ocupados, Desempregados e Inativos
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em 1.000 pessoas

Indicadores	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
PIA	13.563	14.445	15.148	15.808	1.393	1.536	1.692	1.863	2.669	2.855	3.019	3.199
PEA	8.382	8.985	9.619	10.038	841	953	1.090	1.203	1.457	1.665	1.736	1.835
Ocupados	7.116	7.251	7.791	8.342	701	742	864	975	1.266	1.349	1.470	1.569
Desempregados	1.266	1.734	1.828	1.696	140	210	226	228	191	316	266	266
Inativos	5.181	5.460	5.529	5.770	552	583	602	660	1.212	1.190	1.283	1.364

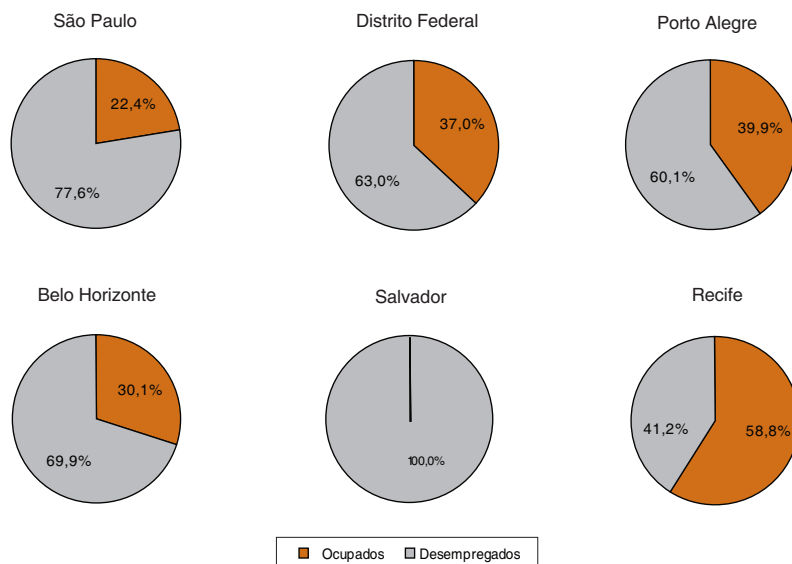
Indicadores	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
PIA	3.111	3.391	3.683	3.991	2.260	2.385	2.589	2.810	2.657	2.710	2.863	3.024
PEA	1.764	1.940	2.166	2.391	1.354	1.436	1.611	1.717	1.429	1.463	1.523	1.536
Ocupados	1.540	1.593	1.774	1.992	1.061	1.038	1.171	1.298	1.120	1.140	1.214	1.193
Desempregados	224	347	392	399	293	398	440	419	309	323	309	343
Inativos	1.347	1.451	1.517	1.600	906	949	978	1.093	1.228	1.247	1.340	1.488

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Gráfico 9

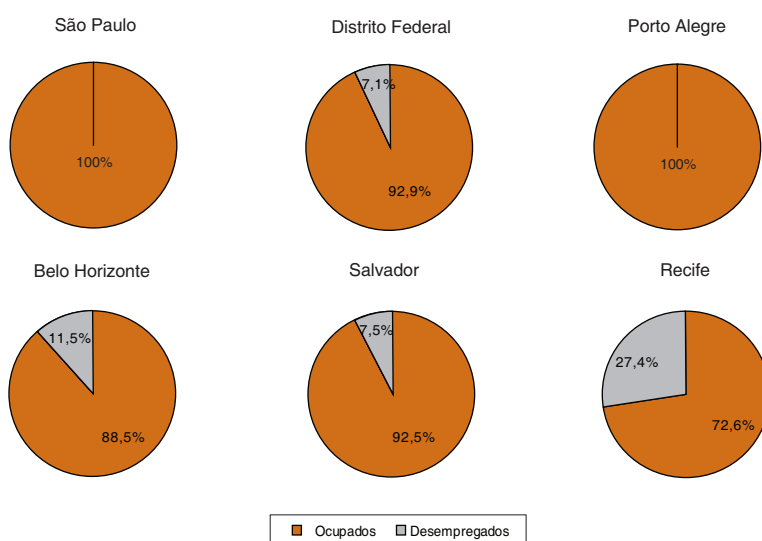
Distribuição do Incremento da PEA em Relação às Situações de Trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-1999 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.
(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Gráfico 10

Distribuição do Incremento da PEA em Relação às Situações de Trabalho
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1999-2005



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

Tabela 13

Taxas de Participação e de Desemprego
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em porcentagem

Taxas	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Taxa de Participação	61,8	62,2	63,5	63,5	60,4	62,0	64,4	64,6	54,6	58,3	57,5	57,4
Taxa de Desemprego Total	15,1	19,3	19,0	16,9	16,6	22,1	20,8	19,0	13,1	19,0	15,3	14,5
Aberto	10,0	12,1	12,1	10,5	10,8	14,4	12,9	12,4	9,1	12,1	10,0	10,3
Oculto	5,1	7,2	6,9	6,4	5,9	7,7	7,9	6,5	4,0	6,9	5,3	4,2
Pelo Trabalho Precário	3,8	5,1	4,9	4,8	3,2	4,3	4,2	3,6	3,0	4,8	3,4	2,9
Pelo Desalento	1,3	2,1	2,0	1,5	2,7	3,3	3,6	3,0	1,0	2,1	1,9	1,3

Taxas	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Taxa de Participação	56,7	57,2	58,8	59,9	59,9	60,2	62,2	61,1	53,8	54,0	53,2	50,8
Taxa de Desemprego Total	12,7	17,9	18,1	16,7	21,6	27,7	27,3	24,4	21,6	22,1	20,3	22,3
Aberto	7,8	11,8	11,5	10,7	12,4	15,6	16,3	14,2	11,8	11,8	11,2	14,0
Oculto	4,9	6,1	6,6	6,0	9,2	12,1	11,0	10,2	9,8	10,3	9,1	8,3
Pelo Trabalho Precário	3,3	4,3	4,1	3,2	6,0	8,4	7,8	7,4	5,3	5,9	4,7	4,3
Pelo Desalento	1,6	1,8	2,5	2,8	3,2	3,7	3,2	2,8	4,5	4,4	4,4	4,0

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

mais no seu componente oculto, tanto no desemprego oculto pelo desalento como no oculto pelo trabalho precário, sugerindo quadro de maior precarização da situação de desemprego.

No período subsequente, entre 1999 e 2005, com exceção da RMSP e do Distrito Federal, a redução do desemprego incidiu exatamente naquelas situações de desemprego que mais tinham se agravado no final da década de 1990. Assim, a taxa de desemprego oculto, que tinha crescido mais na Grande Porto Alegre do que o desemprego aberto (19,9% ao ano e 10,0% ao ano, respectivamente) entre 1996 e 1999, foi também a taxa de desemprego que mais retraiu (7,9% ao ano) entre 2000 e 2005, refletindo o decréscimo, em especial, do desemprego oculto pelo trabalho precário (8,1% ao ano), conforme Tabela 14.

A redução mais acentuada da taxa de desemprego oculto, em relação ao aberto, em quatro das seis regiões pesquisadas é um indício da melhora do mercado de trabalho, uma vez que as formas ocultas de desemprego se associam às inserções mais vulneráveis na força de trabalho.

Um outro importante indicador para a análise da qualidade do desemprego, contudo, é o tempo de procura dos desempregados. No período anterior, até 1999, o tempo médio de procura e a taxa de desemprego cresciam em ritmos semelhantes, o que sugeria a relação causal entre ambas as variáveis. A partir de então, a evolução expansiva do tempo de procura passou a adquirir certa autonomia, em relação ao comportamento da taxa de desemprego (Gráfico 11). Dessa forma, mesmo que as taxas tenham tendência aos níveis próximos dos apresentados no início do período estudado, a natureza do desemprego degenerou-se e adotou um perfil de longa duração.⁸ Mesmo na RMPOA, onde esse fenômeno é menos visível, o tempo de procura cresceu 29,0%, ao variar de 31 para 40 semanas, contra 10,7% de aumento da taxa de desemprego total, entre 1996 e 2005. Na Grande São Paulo, que apresenta a mudança no desemprego de forma mais nítida, o tempo de procura dos desempregados mais que duplicou, ao passar de 24 para 53 semanas, entre 1996 e 2005, enquanto a taxa de desemprego havia crescido 11,9%.

Tabela 14

Taxas de Crescimento da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Inativos
e das Taxas de Participação e de Desemprego
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em % a.a.

Indicadores	São Paulo				Distrito Federal			
	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999
PIA	2,1	1,6	1,4	1,5	3,3	3,3	3,3	3,3
PEA	2,3	2,3	1,4	1,9	4,3	4,6	3,3	4,0
Ocupados	0,6	2,4	2,3	2,4	1,9	5,2	4,1	4,7
Desempregados	11,1	1,8	-2,5	-0,4	14,5	2,5	0,3	1,4
Inativos	1,8	0,4	1,4	0,9	1,8	1,1	3,1	2,1
Taxa de Participação	0,2	0,7	0,0	0,3	0,9	1,3	0,1	0,7
Taxa de Desemprego Total	8,5	-0,5	-3,8	-2,2	10,0	-2,0	-3,0	-2,5
Aberto	6,6	0,0	-4,6	-2,3	10,1	-3,6	-1,3	-2,5
Oculto	12,2	-1,4	-2,5	-1,9	9,3	0,9	-6,3	-2,8
Pelo Trabalho Precário	10,3	-1,3	-0,7	-1,0	10,4	-0,8	-5,0	-2,9
Pelo Desalento	17,3	-1,6	-9,1	-5,5	6,9	2,9	-5,9	-1,6

Indicadores	Porto Alegre				Belo Horizonte			
	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1997	2002/1999	2005/2002	2005/1999
PIA	2,3	1,9	1,9	1,9	2,9	2,8	2,7	2,8
PEA	4,5	1,4	1,9	1,6	3,2	3,7	3,3	3,5
Ocupados	2,1	2,9	2,2	2,5	1,1	3,7	3,9	3,8
Desempregados	18,3	-5,6	0,0	-2,8	15,7	4,1	0,6	2,4
Inativos	-0,6	2,5	2,1	2,3	2,5	1,5	1,8	1,6
Taxa de Participação	2,2	-0,5	-0,1	-0,3	0,3	0,9	0,6	0,8
Taxa de Desemprego Total	13,2	-7,0	-1,8	-4,4	12,1	0,4	-2,6	-1,1
Aberto	10,0	-6,2	1,0	-2,6	14,8	-0,9	-2,4	-1,6
Oculto	19,9	-8,4	-7,5	-7,9	7,6	2,7	-3,1	-0,3
Pelo Trabalho Precário	17,0	-10,9	-5,2	-8,1	9,2	-1,6	-7,9	-4,8
Pelo Desalento	28,1	-3,3	-11,9	-7,7	4,0	11,6	3,8	7,6

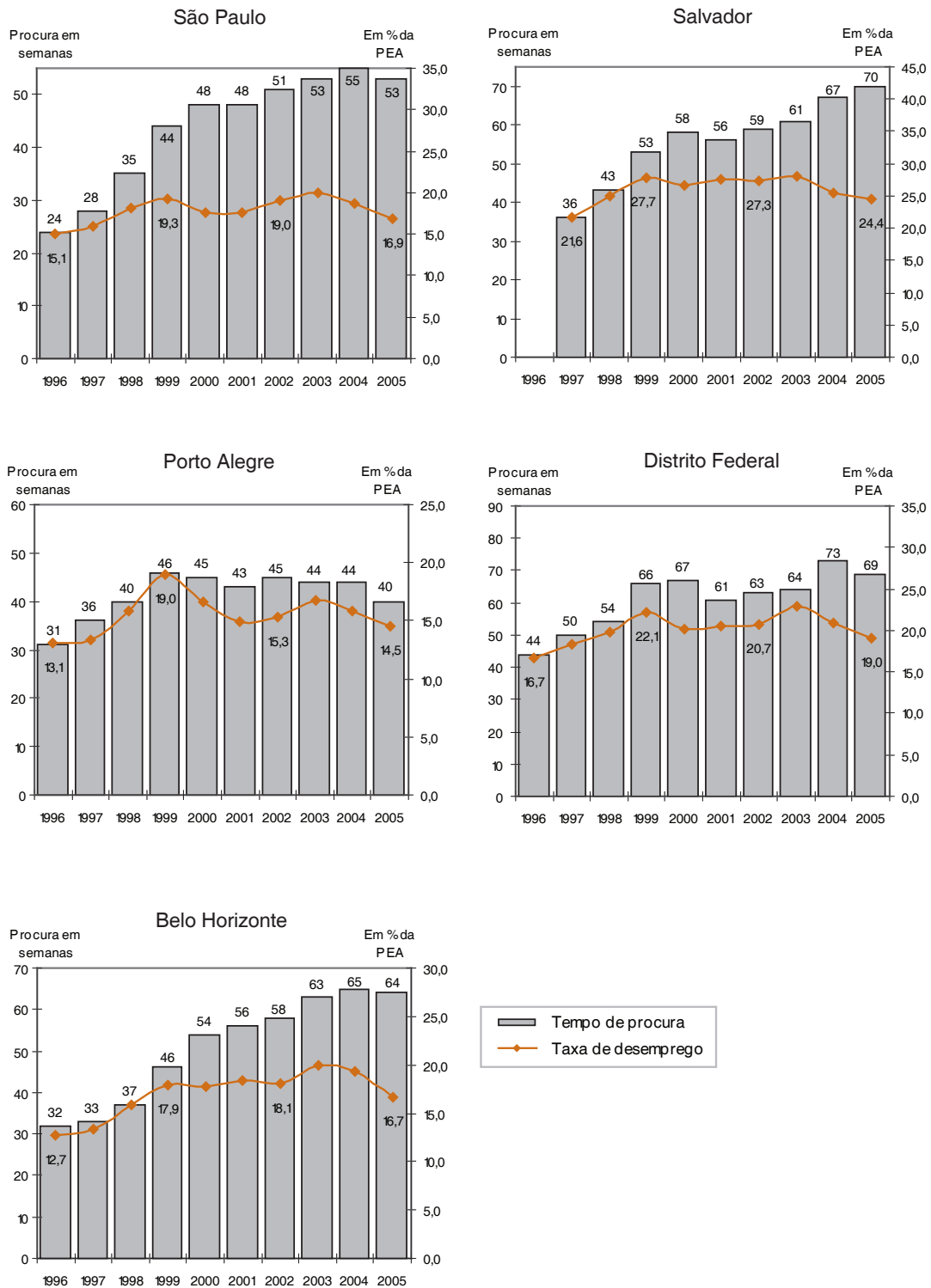
Indicadores	Salvador				Recife			
	1999/1996	2002/1999	2005/2002	2005/1999	1999/1997	2002/1999	2005/2002	2005/1999
PIA	2,7	2,8	2,8	2,8	2,0	1,8	1,8	1,8
PEA	3,0	3,9	2,1	3,0	2,4	1,3	0,3	0,8
Ocupados	-1,1	4,1	3,5	3,8	1,8	2,1	-0,6	0,8
Desempregados	16,5	3,4	-1,6	0,9	4,5	-1,5	3,5	1,0
Inativos	2,3	1,0	3,8	2,4	1,5	2,4	3,6	3,0
Taxa de Participação	0,3	1,1	-0,6	0,2	0,4	-0,5	-1,5	-1,0
Taxa de Desemprego Total	13,2	-0,5	-3,7	-2,1	2,3	-2,8	3,2	0,2
Aberto	12,2	1,5	-4,5	-1,6	0,0	-1,7	7,7	2,9
Oculto	14,7	-3,1	-2,5	-2,8	5,1	-4,0	-3,0	-3,5
Pelo Trabalho Precário	18,3	-2,4	-1,7	-2,1	11,3	-7,3	-2,9	-5,1
Pelo Desalento	7,5	-4,7	-4,4	-4,5	-2,2	0,0	-3,1	-1,6

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

Gráfico 11

Taxa de Desemprego Total e Média de Tempo de Procura de Trabalho dos Desempregados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.
(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997.

Tabela 15

Estimativas dos Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996-2005 (1)

Em 1.000 pessoas

Setores de Atividade Econômica	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Total	7.116	7.251	7.791	8.342	701	742	864	975	1.266	1.349	1.470	1.569
Indústria	1.608	1.421	1.558	1.627	27	29	32	38	268	256	277	307
Comércio	1.224	1.167	1.254	1.343	93	108	133	157	211	228	236	269
Serviços	3.288	3.596	3.849	4.213	444	483	565	643	613	678	768	807
Construção civil	384	384	405	409	33	30	34	35	76	78	78	77
Serviços domésticos	576	645	670	717	81	86	90	93	92	103	106	103
Outros setores	36	38	55	33	23	6	10	9	6	6	5	6

Setores de Atividade Econômica	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Total	1.540	1.593	1.774	1.992	1.061	1.038	1.171	1.298	1.120	1.140	1.214	1.193
Indústria	248	229	257	285	89	84	98	121	111	106	109	112
Comércio	233	239	273	311	190	165	191	209	232	245	248	231
Serviços	764	817	940	1.086	590	607	691	766	577	587	645	647
Construção civil	126	132	122	125	57	57	61	61	54	54	58	50
Serviços domésticos	154	161	169	177	115	108	118	122	109	109	109	109
Outros setores	15	15	13	8	20	17	12	19	38	39	45	44

Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese. MTE/FAT e convênios regionais. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*.

(1) Para a Região Metropolitana de Salvador – RMS, o primeiro ano da série é 1997, e, para a Região Metropolitana de Recife – RMR, é 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de um mercado de trabalho sem o problema do desemprego, que estava se desenhando ao final da década de 1980, foi drasticamente abortado e substituído por uma realidade mais árida para os trabalhadores, e marcada pela escalada do desemprego e, de modo geral, pela precarização do mercado de trabalho.

Logo nos primeiros anos da década de 1990, a desaceleração da atividade econômica rebateu de forma deletéria sobre um mercado de trabalho em franca expansão, com a PEA que crescia não só pela rápida

dinâmica demográfica, mas também pelas mudanças comportamentais de nossa sociedade, em que se deve destacar o processo de emancipação feminina, fato que, por sua vez, teve reflexo nos aumentos consistentes das taxas de participação das mulheres *vis-à-vis* à manutenção da taxa masculina.

No primeiro período focado por este trabalho, que é compreendido entre os anos de 1996 e 1999, essas tendências, com destaque para o baixo crescimento ocupacional, agudizaram e levaram as taxas de desemprego a níveis sem precedentes na história brasileira. Além da incapacidade de crescimento, deve-se

ênfatar a redução da qualidade dos postos de trabalho gerados e do seu rendimento. Três fenômenos manifestaram-se de forma exuberante nessa fase:

- a desindustrialização, pela redução de postos de trabalho na indústria;
- a terciarização, pelo inchaço do setor de serviços, notadamente naqueles ramos que comportavam relações vulneráveis de trabalho, como os pessoais;
- a terceirização e flexibilização das relações de trabalho, pelo aumento absoluto e relativo de postos de trabalho assalariados por subcontratação, aumento dos autônomos que trabalhavam para empresas e pelo incremento de assalariados sem carteira de trabalho, tanto no setor privado quanto no público.

A evolução medíocre da ocupação, tal como caracterizou o mercado de trabalho metropolitano nos anos 1990, é, em grande medida, revertida a partir de 1999, quando a ocupação cresceu a taxas substancialmente maiores que no período anterior.

A tendência de fragilização da estrutura ocupacional que marcou a década de 1990 sofreu, senão uma reversão, pelo menos um estancamento em seu ritmo de aprofundamento.⁹ Não obstante o processo de desindustrialização ter prosseguido, o ritmo dessa transformação se atenuou consideravelmente a partir de 1999. No caso do aumento da flexibilização das formas de contratação, também se verificou apenas um arrefecimento dessa tendência, notadamente a partir de 2002 – com destaque para a reversão no crescimento da participação do trabalho assalariado sem carteira assinada. Identificou-se, porém, nos últimos anos, a adoção crescente das formas flexibilizadas de contratação em setores ligados ao Estado. Já em se tratando do movimento de precarização da estrutura ocupacional, notou-se também forte reversão, inicialmente, com o aumento de participação das ocupações assalariadas a partir de 1999 e, posteriormente, com o aumento substancial da participação dos assalariados com carteira e efetiva diminuição dos sem carteira a partir de 2002.¹⁰

Em relação ao rendimento real médio, registrou-se trajetória persistente de queda em todo o período analisado. Assim, a melhora relativa no nível e na estrutura ocupacional depois de 1999 não repercutiu

na melhora da renda. Isso pode estar refletindo tanto características do próprio mercado de trabalho, como a manutenção de taxas de desemprego ainda em patamares muito elevados ou a elevada fragilização da estrutura ocupacional ocorrida mormente na década passada, quanto características da institucionalidade do mercado de trabalho no Brasil, que não propiciam a distribuição equitativa dos ganhos de produtividade logrados pelo fator “trabalho” no processo produtivo. De toda forma, interessa constatar que a diminuição dos rendimentos foi mais forte nos setores de comércio e serviços, e menos intensa no setor industrial, que normalmente apresenta relações de trabalho menos fragilizadas e mais estáveis.

A retomada do ritmo de aumento das oportunidades de trabalho e a retração do crescimento da PEA, no período após 1999 e particularmente nos últimos três anos, interromperam a trajetória de elevação do desemprego que marcou a década de 1990, embora dados mais recentes não mostrem ainda níveis inferiores aos apresentados em meados da década anterior. Apesar de se ter assistido a uma redução mais expressiva do componente oculto do desemprego, o que sugere mitigação da precariedade dessa condição, por definição, vulnerável, o tempo de procura dos desempregados manteve-se elevado, o que aponta para uma transmutação da natureza do desemprego – de curta para longa duração.

A gravidade desse diagnóstico deve ser apontada em dois aspectos. O primeiro refere-se à “queima de capital humano”, pois o maior tempo de afastamento da profissão reduz gradativamente as aptidões e a destreza pela força do esquecimento e da falta do exercício diário da profissão, além da desatualização das eventuais inovações, por estar aliado do ambiente de trabalho. O segundo aspecto é mais dramático e foi ressaltado por Fernandes (2002): à medida que prolonga o tempo de procura, vão se esaurindo as fontes próprias de sobrevivência do desempregado. Diante desse fato, torna-se ainda mais evidente a inadequação dos escassos mecanismos de proteção social, como o seguro-desemprego, que, além de cobrirem apenas parte dos desempregados, possuem tempo de abrangência relativamente pequeno, se comparado às recentes estatísticas de tempo médio de procura.

Notas

Os autores agradecem o empenho da equipe técnica do Dieese/PED, pelo levantamento de dados utilizados nesse artigo, e, em especial, a Ana Paula Queiroz Sperotto (PED-RMPOA) e ao Edgard Rodrigues Fusaro (PED-RMSP). Várias das idéias contidas nesse trabalho emergiram das discussões com Frederico L. Barbosa de Melo (Dieese-MG), Lúcia Santos Garcia (PED-RMPOA) e Marise Hoffmann (PED-RMSP), a quem os autores mostram-se gratos, inclusive pela leitura crítica do texto. Naturalmente, os mesmos se responsabilizam por quaisquer incorreções que, porventura, tenham restado.

1. A inflexão dos fluxos migratórios, entre as décadas de 1960 e 1990, mediante análise de dados censitários, sobretudo entre São Paulo e Minas Gerais, é tratada por Carvalho et al. (2002).
2. Em um dos artigos que discutia o emergente desafio do desemprego, no III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, em 1982, e que utilizou as informações da PPVE/Dieese, apurava-se que “a força de trabalho desempregada” nos meses de abril a maio de 1981, representava 13,2% da PEA na RMSP (BARELLI; TROYANO, 1982, p. 23). Pela Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE, em maio de 1982, o desemprego atingia apenas 5,4% da PEA. Outro texto do período (TROYANO; MATTOSO; HOFFMANN, 1984) trata mais detidamente as diferenças metodológicas entre a PPVE/Dieese, PED-Seade/Dieese e PME/IBGE.
3. Entre 1981 e 1985, o PIB brasileiro havia crescido apenas cerca de 1,3% ao ano. Esse baixo crescimento decorreu principalmente dos anos de 1981 e 1983, quando o PIB decaiu 4,3% e 2,9% respectivamente e teve como contrapeso o ano de 1985, com crescimento de 7,9% – o maior da década. No segundo período, de 1986 a 1989, em que a PED já levantava as informações do mercado de trabalho da RMSP, a ligeira recuperação econômica traduziu-se no crescimento médio de 3,5% ao ano (IBGE/SCN-Anual).
4. A questão da informalidade e a diminuição da renda dos trabalhadores na segunda metade da década de 1980 são tratadas, entre outros estudos, por Sabóia (1992).

5. Entre 1990 e 1996, o PIB cresceu apenas 1,9% ao ano, e, entre 1997 a 1999, o crescimento foi ainda pior: 1,4% ao ano (IBGE/ SCN-Anual).

6. O segundo capítulo do livro *A situação do trabalho no Brasil*, do Dieese (2001) é voltado para a análise da dinâmica do emprego e desemprego nas regiões metropolitanas analisadas pela PED, nos anos 1990, e conclui que “essa evolução desfavorável do desemprego é consequência de um medíocre crescimento, nessas regiões, dos níveis globais da ocupação, que não foram suficientes para atender o incremento das suas respectivas populações economicamente ativas” (DIEESE, 2001, p. 52).

7. Em relação ao gradual aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, vale destacar os trabalhos, como de Leme e Wajnman (2003), que identificam esse fenômeno não como algo efêmero, mas como resultado de diferenças de comportamento das gerações mais novas, imbuídas de uma menor desigualdade nas relações de gênero.

8. Uma análise mais pormenorizada da evolução do tempo de procura no período recente, inclusive por atributos pessoais dos desempregados, é encontrada em Rodarte e Braga (2005).

9. Essa visão é compartilhada por Carlos Ramos que, analisando o mercado de trabalho metropolitano com dados da PME-IBGE entre 1990 e 2002, apontou quebra da curva de crescimento do emprego formal em 1999, e concluiu que “uma atenta leitura do acontecido nos anos 1990 nos induz a pensar que o pessimismo das elasticidades, muito usual nesses anos, deve ser visto com cautela” (RAMOS, 2003, p. 14). O trabalho de Chahad (2003), com dados da PED, entretanto, não identifica melhoras no mercado de trabalho após a desvalorização do câmbio de 1999, provavelmente por se ater à RMSP, que teve recuperação mais lenta que na maioria das demais regiões metropolitanas, nos últimos anos.

10. A maior eficácia da fiscalização do MTE nas empresas e a mudança de desempenho da Justiça do Trabalho seriam algumas razões institucionais que contribuiriam para o aumento da formalidade e redução dos assalariados sem carteira assinada, segundo Moretto e Krein (2005).

Referências Bibliográficas

BARELLI, W.; TROYANO, A.A. *Pesquisa de padrão de vida e emprego na região metropolitana de São Paulo: população economicamente ativa e situação ocupacional*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., *Anais...* Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1982. v. 1, p. 11-29.

CARVALHO, J.A.M.; BRITO, F.; RIBEIRO, J.; RIGOTTI, J. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional?. In:

PAIVA C.A.; LIBBY D.C. (Org.). *20 anos do seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2002*. Belo Horizonte: UFMG/Face/Cedeplar, 2002. v. 3, p. 239-262.

CHAHAD, J.P.Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2006.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: 2001.

FERNANDES, R. Estratégias de sobrevivência do trabalhador desempregado. In: CHAHAD, J.P.Z.; PICCHETTI, P. (Org.). *Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais*. São Paulo, LTr, 2002.

LEME, M.C.S.; WAJNMAN, S. Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A.F. (Org.). *Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 49-65.

MORETTO, A.; KREIN, J.D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., *Anais...* Recife: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – Abet, 2005.

RAMOS, C.A. O emprego nos anos 1990: o regime macroeconômico importa? *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Rio de Janeiro, Ipea, n. 22, p. 11-14, nov. 2003.

RODARTE, M.M.S.; BRAGA, T.S. Tendências recentes do mercado de trabalho no Brasil a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). In: DIEESE (Org.). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. Campinas/São Paulo: 2005. v. 8.

SABÓIA, J. Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta: transformações conjunturais e estruturais. *Força de trabalho e emprego*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 3-9, jan./abr. 1992.

TROYANO, A.A.; MATTOSO, J.E.L.; HOFFMANN, M.P. O emprego: dimensões da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., *Anais...* Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Nacionais – Abep, out. 1984. v. 3, p. 1383-1413.

EDUARDO MIGUEL SCHNEIDER

Economista pela UFRGS. Especialista em gestão pública participativa pela UERGS. Coordenador da PED-RMPOA.
(ems@portoweb.com.br)

MARIO MARCOS SAMPAIO RODARTE

Mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do Cedeplar/UFMG e bolsista do CNPq.
(mrodarte@cedeplar.ufmg.br)

Artigo recebido em 23 de maio de 2006.

Aprovado em 17 de novembro de 2006.

Como citar o artigo:

SCHNEIDER, E.M.; RODARTE, M.M.S. Evolução do mercado de trabalho metropolitano: entre meados das décadas de 1990 e 2000. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 74-102, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.